



Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

## A nova polarização no Brasil

Em sua reação a uma fala impensada do ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoíno, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) voltou a pedir “equilíbrio e moderação” das lideranças e autoridades diante da guerra de Israel e acrescentou: “Para não importar as tensões do Oriente Médio para o Brasil”. Parece tarde demais. Assim como famílias e amigos romperam por causa da polarização política interna, empresários, artistas e intelectuais guerreiam a favor e contra a posição do Brasil sobre os ataques israelenses aos palestinos. O bombardeio é por manifestos e em torno de uma palavra: genocídio.

Com uma biografia estonteante, de altos e baixos, Genoíno foi por décadas o homem do diálogo entre esquerda, centro e direita no Congresso, o melhor porta-voz informal do PT para jornalistas e uma imprescindível presença entre as várias tendências petistas. De todos os condenados do mensalão, foi o que pagou o preço mais injusto.

Tornou-se assim o mais resentedo, um radical extemporâneo, e admitiu numa live até o boicote a “empresas de judeus”, atraindo, após anos de discrição e recolhimento, os holofotes e a ira da comunidade judaica. A Conib acusou sua fala de “antisemitismo”, lembrando que o boicote

aos judeus foi uma das primeiras medidas do regime nazista que culminaram no Holocausto.

Se a Conib e o Instituto Brasil-Israel produzem manifestos em série e um grupo de empresários, executivos, cientis-

### Mais do que a guerra de Israel, é a posição de Lula que divide empresários e intelectuais

tas e uma ex-ministra do Supremo aderem e condenam o apoio do governo Lula à ação da África do Sul contra Israel

por genocídio, agora emerge, um tanto tardiamente, mas com força, o outro lado.

Ex-ministros, parlamentares e embaixadores aposentados vão no sentido contrário, defendendo a posição de Lula, destacando a “primazia dos Direitos Humanos” no artigo 4.º da Constituição e lembrando o êxodo das famílias, a morte de 25 mil palestinos, as amputações e cirurgias sem remédios e anestesia e a transformação de Gaza num “cemitério de mais de dez mil crianças”.

Se o professor, escritor e ex-chanceler Celso Lafer, de família judia da Lituânia, rebate a acusação de genocídio contra Israel “à

luz do direito”, a economista Zeina Latif, filha de palestino, foca nos bombardeios, nas mortes, na destruição, na fome e no êxodo em Gaza e conclui: “Nem mesmo discussões semânticas mais cuidadosas conseguirão empapar o desastre a que se assiste”.

Independentemente de apoiar ou condenar a ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça de Haia, o resultado da decisão de Lula, portanto, é o que menos se quer: “importar as tensões do Oriente Médio para o Brasil”, como alerta a Conib. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO EL DORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quincenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quincenalmente) • QUI. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

### Orçamento 2024

## PL e PT terão quase R\$ 1,5 bi para gastar nas campanhas

Conforme projeções de cientistas políticos, partido de Bolsonaro terá nas eleições cerca de R\$ 863 milhões e sigla de Lula, R\$ 604 milhões

GABRIEL DE SOUSA  
BRASILIA

O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terão as maiores fatias do fundo eleitoral para turbinar as campanhas a prefeito e a vereador nas eleições deste ano. Com as maiores bancadas no Congresso Nacional, as siglas contarão, juntas, com quase R\$ 1,5 bilhão. O montante é equivalente a 30% de R\$ 4,9 bilhões, valor sancionado no Orçamento de 2024 por Lula ontem.

O valor do fundo eleitoral quase dobrou em comparação com a última eleição municipal, realizada em 2020. Na época, no Orçamento sancionado por Bolsonaro, o fundo eleitoral aprovado foi de R\$ 2 bilhões (R\$ 2,5 bilhões em valores atualizados pela inflação).

**COMPENSAÇÃO.** O Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como fundo eleitoral, é abastecido com dinheiro do Tesouro Nacional e se destina ao financiamento das campanhas políticas. Ele foi criado em 2017 para compensar as perdas impostas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, dois anos antes, proibiu as doações de

### A distribuição do fundo

**2%** do montante são distribuídos igualmente entre os partidos registrados

**35%** são distribuídos a partir da votação que cada sigla, com pelo menos um deputado federal eleito, obteve nas eleições de 2022

**48%** são repartidos de acordo com o número de deputados federais eleitos em 2022, sem levar em considerações mudanças de sigla após o término do pleito

**15%** é o montante entregue em relação ao número de senadores eleitos em 2022 e para as siglas onde os eleitos em 2018 estavam em 2022

**R\$ 863 mi** é o valor que deve ser recebido pelo PL, conforme projeções. O valor é 467% maior em relação ao que a sigla recebeu há 4 anos

**R\$ 604 mi** é o montante que deve ser destinado ao PT, 138% a mais do que em 2020

pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. Em 2018, a primeira eleição após a criação do fundo, o montante foi de R\$ 1,7 bilhão.

De acordo com a projeção feita pelos cientistas políticos Henrique Cardoso Oliveira e Jaime Matos, da Fundação 1.º de Maio, o PL receberá R\$ 863 milhões para financiar as campanhas eleitorais. Já o PT terá à disposição R\$ 604 milhões. O terceiro partido com maior fatia do fundo eleitoral neste ano será o União Brasil, com R\$ 517 milhões.

O valor que será destinado ao PL é 467% maior em relação ao que o partido recebeu há quatro anos. Na época, a parcela do fundo eleitoral para a legenda foi de R\$ 117 milhões (R\$ 152 milhões em valores atuais). Já o PT receberá R\$ 138% a mais do que em 2020. Na eleição daquele ano, ganhou R\$ 201 milhões (R\$ 253 milhões, em valores corrigidos pela inflação).

**DIVISÃO.** A distribuição da verba para candidatos fica a critério das cúpulas partidárias, que, em geral, privilegiam políticos com mandato. Os valores exatos de quanto cada partido vai receber serão divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no fim de junho.

Há, ainda, o Fundo Partidário, que banca atividades do dia a dia das legendas. A estimativa dos valores que serão distribuídos para as siglas levou em consideração a legislação que estabelece a divisão do fundo eleitoral para as legendas (*mais informações nesta página*). ●

### Visita guiada

Câmara publica tutorial no TikTok ensinando como entrar no Congresso ‘sem quebrar nada’

A Câmara publicou ontem vídeo no TikTok em que ensina a visitar o Congresso “sem quebrar nada”. A postagem faz referência ao 8 de Janeiro, quando golpistas depredaram dependências das sedes dos três Poderes. O vídeo, para divulgação da visita guiada ao local, mostra pessoas conhecendo espaços como o Salão Negro, o Salão Verde e o plenário da Câmara. Em outro trecho, é exibida a exposição sobre os ataques do ano passado, com objetos que foram danificados pelos radicais. ●



Trecho do vídeo para promover visitas guiadas ao Congresso

### Supremo

Moraes prorroga pela nona vez inquérito sobre milícias digitais; Bolsonaro é um dos investigados

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, atendeu a pedido da Polícia Federal e prorrogou por mais 90 dias o inquérito das milícias digitais, que investiga a atuação de grupos bolsonaristas organizados na internet para atacar a democracia. O despacho cita que há “diligências ainda pendentes”, sem especificar quais. É a nona vez que o prazo para conclusão da investigação – que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) – é estendido. ●

### Justiça Eleitoral

TRE do Paraná retoma trabalhos e deve pautar ações que pedem a cassação de Sérgio Moro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou suas atividades ontem e deve julgar, em breve, o pedido de cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). Moro é alvo de duas ações, que atribuem a ele abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2022. Em dezembro, o Ministério Público Eleitoral se manifestou a favor da perda de mandato – disse que houve uma pré-campanha “abusiva” e gastos que excederam o limite razoável. Procurado, Moro não quis comentar. ●